

**PROJETO DE LEI N° , DE 2010  
(Da Sra. Lídice da Mata e do Sr. Walter Pinheiro)**

**Proclama a cidade do Salvador, no  
Estado da Bahia, como Capital  
Simbólica do Brasil, no dia 2 de  
Julho de cada ano**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. No dia 2 de Julho de cada ano, a cidade do Salvador, no Estado da Bahia, será proclamada como a Capital Simbólica do Brasil.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Para muitos brasileiros a frase “Independência ou Morte” proferida por D. Pedro I às margens do Ipiranga marcou definitivamente o início da autonomia política do Brasil em relação a sua antiga metrópole, Portugal. Considerando os exageros interpretativos que cercam o tema, podemos afirmar que no caso do Nordeste e especificamente da Bahia a separação foi resultado de um processo muito mais complexo e por vezes violento. Para se ter uma ideia do significado do 2 de julho, é importante recuperar um pouco da história do Brasil e dos baianos no esforço para a consolidação da independência.

A separação do Brasil da metrópole portuguesa deu os seus primeiros passos com a chegada da família real em 1808 e com as transformações políticas e econômicas daí advindas, sobretudo a abertura dos portos brasileiros às nações amigas e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido.

Em 1820, eclodiu na cidade do Porto, em Portugal, uma Revolução Liberal Constitucionalista, que exigia o retorno de D. João VI junto com a corte imperial para a Europa e a implantação de um regime Monárquico Constitucional. Como resultado, na Província da Bahia no mês de fevereiro de 1821, uma conspiração em apoio a Revolução do Porto eclodiu no Forte de São Pedro em Salvador. Nos meses seguintes, foram eleitos deputados nas províncias brasileiras para serem enviados às Cortes. Ao chegarem em Portugal, esses deputados compreenderam a feição conservadora da Revolução do Porto, que, entre outras medidas, pretendia recolonizar o Brasil.

Diante das insatisfações dos brasileiros frente ao projeto recolonizador em curso na Metrópole, começaram os conflitos entre os partidários da causa do Brasil e os defensores da causa portuguesa. Os oficiais militares e civis baianos passaram a desafiar a Junta Provisória da Bahia, dominada pelos portugueses. Estas manifestações de insatisfação exigiam o fim da Junta Provisória e maior autonomia da Câmara de Salvador.

Em 15 de fevereiro de 1822, chegou à cidade de Salvador uma Carta Régia nomeando o Brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo para o cargo de Governador das Armas, substituindo o brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Os comandantes militares recusaram-se a aceitar a autoridade de Madeira de Melo e novos embates ocorreram no interior das tropas, envolvendo portugueses e brasileiros. Estes incidentes culminaram com a tomada do Forte de São Pedro pelos lusitanos e com a morte da Abadessa Sóror do Convento da Lapa, Joana Angélica, que heroicamente tentou impedir a entrada de soldados portugueses no claustro feminino do Convento da Lapa.

Após estes acontecimentos, dezenas de famílias e soldados brasileiros começaram a deixar Salvador, rumo as Vilas do Recôncavo, onde começou a ganhar força a resistência à ocupação portuguesa em Salvador. Várias localidades da Bahia, entre elas: São Francisco do Conde, Cachoeira, Santo Amaro, Saubara, Nazaré, Caetité, Inhambupe, Itapicuru reuniram tropas de voluntários, reconheceram a autoridade de D. Pedro frente ao governo do Brasil e colaboraram como mantimentos e munições para compor o Exército Brasileiro, responsável pela organização da resistência no solo baiano. Abaixo, segue a proclamação deferida na Vila de Santo Amaro, em reconhecimento a autoridade do Príncipe Regente D. Pedro:

*“Que haja no Brasil hum centro único de Poder Executivo; que este Poder seja exercitado por sua Alteza Real o Príncipe Real, segundo as regras prescritas em uma liberal Constituição; e que a sede do mesmo Poder seja aquele lugar que mais útil for ao seu bom Regime e administração do Reino”. (in.: TAVARES, 2005, p. 94).*

No decorrer dos meses seguintes, várias batalhas se sucederam por terra e mar, tendo a frente do Exército Pacificador o General Labatut. Entre os principais conflitos, destacam-se os ocorridos em Pirajá, na Ilha de Itaparica, no Canal do Funil, em Cachoeira e no mar da Baía de Todos os Santos. Quando assumiu a direção do Exército Pacificador, Labatut encaminhou a seguinte missiva à Madeira de Melo:

*“General, como militar e filantropo, eu deploro vossa sorte; sim, vos achai-vos a mais de 2.000 léguas distante de Portugal, donde vos podiam socorrer, e eu à testa de um povo vingador dos seus direitos, e habitantes deste vasto continente, que em número de 20.000 (contando os que ocupam já diferentes pontos da Província), desejam mostrar pelo seu valor o nobre patriotismo, de que se acham possuídos”. (RISÉRIO, 2004, p. 325)*

As batalhas que se seguiram tiveram características de guerra civil, alcançando seu ponto máximo nos meses de maio e junho de 1823, quando as tropas brasileiras, comandadas pelo Coronel Joaquim José de Lima e Silva, após a deposição de Labatut, cercaram Salvador, enquanto a esquadra comandada por Lord Cochrane posicionava-se à frente da Baía de Todos os Santos.

Debilitada, sem apoio e incapaz de resistir à força do Exército Pacificador, a Legião Constitucional Lusitana, comandada pelo General Madeira de Melo, não teve outra opção senão se retirar da Bahia durante a madrugada de 2 de julho de 1823. E foi na manhã deste dia que o Exército Pacificador entrou triunfante para celebrar a vitória dos baianos contra o conservadorismo e a opressão. O trecho abaixo narra com detalhes a partida das tropas lusitanas e a entrada triunfante do Exército Pacificador:

*“Durante a madrugada de 2 de julho, [Madeira de Melo] promoveu in selentio noctis o embarque das tropas os vasos de*

*guerra e em grandes navios mercantes, ao mesmo tempo em que a bordo de outras embarcações famílias portuguesas se amontoaram, com todos os pertences que puderam transportar. Toda a esquadra portuguesa levantou então as âncoras e partiu. Salvador ao alvorecer estava praticamente deserta. E quando o exército pacificador entrou na cidade, por volta do meio dia, passou por um arco do triunfo, mandado erguer em frente ao convento da Soledade pela madre Maria José do Coração de Jesus [...] Assim, enquanto no mar a esquadra brasileira, sob o comando de Lord Cochrane, perseguia a portuguesa e aprisionava quatro dos seus navios, uma vez que Madeira de Melo não propusera a capitulação, os soldados do exército libertador, sem que tumulto ou desordem houvesse, ocuparam pacificamente a cidade de Salvador” (BANDEIRA, 2000, p 460-461).*

Mesmo sendo um conflito relativamente curto, um pouco mais de um ano, as lutas pela expulsão das tropas lusitanas da Bahia foram fundamentais para a consolidação da ideia de unidade do território brasileiro. Basta lembrar que sem a Bahia o novo país perderia uma das mais ricas e estrategicamente bem localizadas províncias do território, comprometendo a própria adesão de todo o norte (Maranhão-Pará) à causa da Independência do Brasil. Para Portugal, garantir o controle da Bahia poderia, por exemplo, permitir possíveis investidas no sentido de tentar reconquistar o território brasileiro. Ou seja, o desfecho do conflito na Bahia interessava muito a ambos os lados (Portugal e Brasil) e a vitória dos partidários da causa do Brasil foi fundamental para definir o que somos hoje como nação.

A guerra na Bahia foi resultado do entendimento de que a separação de sua antiga Metrópole era algo irreversível diante da tentativa de redução das prerrogativas sociais, políticas e econômicas que o Brasil havia conquistado durante os anos em que a Corte esteve sediada no Rio de Janeiro. Podemos afirmar que as lutas pela independência do Brasil na Bahia foram fundamentais para a manutenção da integridade do território do país que hoje nós chamamos orgulhosamente de Brasil. A saída dos portugueses no dia 2 de julho de 1822 das águas da Baía de Todos os Santos foi a coroação dos enormes esforços de mulheres e homens, negros, brancos, índios e mestiços que deram suas

vidas pela conquista da liberdade. Isso deve ser lembrado e comemorado sempre por todos nós.

Em conclusão, consideramos que:

- Todo o processo político que produziu a guerra contra as tropas da Legião Lusitana na Bahia obedeceu à liderança dos deputados baianos nas Cortes Constituintes de Lisboa que, por sua vez, atuava em nome do consenso de toda a representação brasileira na referida assembléia;
- O próprio Príncipe Regente Pedro de Alcântara expediu, no dia 15 de junho de 1822, correspondência para a Bahia, na qual exigia a retirada das tropas do General Madeira e clamava os baianos à resistência armada nos seguintes termos: *"Baianos é tempo... Vós vedes a marcha gloriosa das Províncias coligadas, vós quereis tomar parte nela, mas estais aterrados pelos invasores, recobrai o ânimo. Sabeis que as tropas comandadas pelo infame Madeira são suscetíveis de igual terror. Haja coragem, haja valor".*
- O Exército Pacificador formou-se por iniciativa do Governo Imperial do Brasil Independente, que nomeou o comandante, forneceu armas, dinheiro, e expediou um corpo expedicionário, o Batalhão do Imperador, que se constituiu na linha de frente da expulsão dos ocupantes lusitanos da Bahia;
- A Esquadrilha formada na Baía de Todos os Santos, era comandada por João das Botas, tenente da Marinha do Reino Unido do Brasil, depois Capitão-Tenente da Marinha Imperial do Brasil, bem como a esquadra que completou o bloqueio dos invasores foi formada no Rio de Janeiro pelo Governo Imperial Brasileiro e foi comandada pelo Lord Crhocrane, almirante contratado e designado por D. Pedro I.
- A expulsão das tropas que ocupavam a Cidade do Salvador, além de libertar a cidade da ocupação estrangeira, consolidou a Independência do Brasil e garantiu a integridade territorial do Brasil Independente.

Pelo exposto, consideramos que a comemoração do dia 2 de Julho, é uma celebração à força organizativa do povo brasileiro, às tropas do Exército e à Marinha Brasileira que, através de muitas lutas, conseguiram a separação definitiva do Brasil do domínio de Portugal, em 1823. Neste dia, é que verdadeiramente se concretizou a independência do Brasil, decretada por D. Pedro a 7 de setembro de 1822. Esta é uma data de grande importância para o Brasil e, por isso, os brasileiros precisam ter acesso às informações que cercam às lutas pela consolidação da independência no Brasil para que tais episódios possam integrar o calendário cívico nacional.

Justifica-se plenamente o 2 de Julho como data nacional e, a exemplo do que foi deliberado para o 26 de Janeiro pernambucano na Lei nº12.286 de 13.07.2010, que a cada 2 de Julho a Cidade do Salvador seja proclamada como Capital Simbólica do Brasil.

Sala das Sessões, em

**Deputada Lídice da Mata**  
PSB/BA

**Deputado Walter Pinheiro**  
PT/BA